

31 JAN 1996

A Terceira Onda

No fim da década de 50 o Brasil foi embalado pelos sonhos de crescimento do governo Juscelino Kubitschek. A indústria automobilística lançou suas fundações e deslanchou, o mercado interno começou a despontar para os bens de consumo duráveis, a euforia dominou o país.

O governo Goulart foi uma espécie de eclipse inflacionário e de endividamento externo que daria lugar a um novo surto de crescimento no fim dos anos 60 e início da década de 70. Os choques do petróleo e das altas taxas internacionais de juros forçaram o Brasil e os brasileiros a uma nova hibernação.

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros, sustenta que o Brasil do Plano Real está vivendo uma Terceira Onda de crescimento. Para que essa onda seja consistente é preciso que a inflação seja definitivamente contida e o país retome a capacidade doméstica para poupar, atraindo, também, os capitais externos.

Nada disso ocorrerá sem sacrifícios e reciclagens. Há sinais evidentes de que o país está mudando, não só porque medidas de política econômica favorecem essa nova onda mas ainda porque, por motivos estruturais, novos pólos de crescimento estão explodindo em várias regiões do Brasil.

O que até há poucos anos parecia motivo de condenação ao fracasso — a crise das grandes cidades — provou ser um gatilho para a descentralização do crescimento, o que é bom. Hoje, mais do que nunca, os fatores locais pesam nas decisões de

investimento. As indústrias querem fugir ao custo alto da terra, querem ter acesso rápido a estradas de rodagem e ferrovias, querem portos com tarifas competitivas, querem regiões com menores níveis de ruído sindical.

Tem razão Mendonça de Barros quando fala na importância da poupança interna. Em boa tradução, isso também quer dizer que o governo deve se esforçar mais para obter uma reforma da Previdência e uma reforma administrativa e tributária capazes de reverter resultados fiscais negativos. Os encargos com a dívida têm hoje um peso de 59% sobre a execução financeira do Tesouro. Reduzir o crescimento dos encargos depende da aterrisagem das taxas de juros e de uma ampla reforma patrimonial no Estado brasileiro. A nação ainda está à espera de uma velocidade adequada para essas reformas.

Vivemos um momento favorável de confiança no futuro, e esse, talvez, será o detalhe mais importante da Terceira Onda. Os investimentos diretos líquidos somaram US\$ 1,6 bilhão até maio deste ano, o que quase já equivale ao total registrado em 1994.

O Brasil deve aproveitar o clima de confiança para procurar capitais fixos e de longo prazo, fomentando o investimento em empresas com maior capacidade para gerar empregos. Nesse sentido, é preciso estimular as empresas emergentes nas áreas exportadoras, seguindo o exemplo de outras regiões do mundo que hoje são líderes em crescimento e em níveis de bem-estar social.